

Profissão: Identificação e Projeto

SILVIA RODRIGUES JARDIM*
JOÃO FERREIRA DA SILVA FILHO**

RESUMO

Neste artigo usamos as noções de *identificação* e de *projeto* para discutir o tornar-se profissional, partindo da pesquisa com um grupo de trabalhadores urbanos: os pilotos de trem do Metrô carioca.

Palavras-chave: Identificação; história de vida; operário; trabalhadores urbanos.

ABSTRACT

Profession: Identification and Project

Starting from the research with a workers' group, the subway train drivers at the Metro of Rio de Janeiro, we use the notions of *identification* and *project* to discuss the process of become professional.

Keywords: Identification; urban workers; life history.

RÉSUMÉ

Profession: Identification et Projet

Dans cet texte les notions d'*identification* et *projet* aident à discuter le *devenir professionnel* selon la recherche avec un group de travailleurs

* MD, Doutora em Psiquiatria, pesquisadora do Programa Organização do Trabalho e Saúde Mental – IPUB/UFRJ, bolsista do CNPq.

** MD, MSc, DSc, professor-adjunto da UFRJ, pesquisador do CNPq.

urbains: les conducteurs de train du Métro de Rio de Janeiro.

Mots-clé: Identification; travailleurs urbains; devenir professionnel.

Recebido em 09/10/95.

Aprovado em 18/12/95.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre processo de trabalho e sofrimento psíquico realizada ao longo de dois anos com o grupo de pilotos de trem do Metrô do Rio de Janeiro. Foram realizadas 14 entrevistas em grupo nas salas de repouso tanto na Linha 1 quanto na Linha 2, durante o horário de trabalho. Nessas entrevistas foram abordados temas como o trabalho de piloto de trem; o ambiente de trabalho; o relacionamento entre os pilotos dentro e fora do local de trabalho, com os supervisores de trem e com as chefias; o trabalho prescrito e o trabalho real; as punições; os problemas específicos da Linha 1 e da Linha 2; como os pilotos lidam com tentativas de suicídio; o trabalho e a vida familiar; os problemas de saúde relacionados ao trabalho.

Os objetivos das entrevistas em grupo foram: conhecer as condições, o processo e a organização do trabalho no Metrô e descrever a vivência cotidiana do trabalho dos pilotos de trem. Por isto as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho, nos intervalos entre as voltas, nas salas de descanso nas estações terminais de Botafogo (Linha 1) e Maria da Graça (Linha 2).

Foram registradas também duas histórias de vida com pilotos de trem com as seguintes características: (1) um da Linha 1 e outro da Linha 2; (2) um tinha iniciado estudos superiores e o outro não; (3) um apresentou um quadro psicopatológico que guardou relação com o trabalho de piloto de trem e o outro não.

Os dados obtidos nessas etapas da pesquisa serviram de base para a análise dos resultados do estudo epidemiológico que teve como objetivo determinar a prevalência momentânea de síndromes mentais do grupo de pilotos de trem do Metrô do Rio de Janeiro através de resposta a um questionário auto-aplicado sobre sintomas psíquicos e de entrevista psiquiátrica semi-estruturada. Foi aplicado também um questionário para caracterização sociodemográfica, assim como sobre características do processo, da organização e das condições de trabalho e de saúde desse grupo de trabalhadores. Os resultados dessa etapa da pesquisa foram apresentados em outro trabalho (cf. Jardim, 1994).

Neste artigo, as noções de identificação e projeto são discutidas a partir de uma questão formulada pelos próprios pilotos durante as entrevistas em grupo: ser piloto de metrô é uma função ou uma profissão? O material das histórias de vida é usado como suporte para a análise empreendida.

O Trabalho e a História

O trabalho não é natural apesar de a maioria absoluta dos adultos passarem a maior parte do tempo em que estão acordados trabalhando. No Brasil e em outros países podemos incluir na massa trabalhadora muitas crianças, os “meninos de rua” que sustentam famílias. Podemos dizer, ainda, que crianças adolescentes e jovens que não trabalham, mas que freqüentam colégios e universidades estão sendo preparados para trabalhar.

Este panorama contribui para que vejamos o trabalho como algo natural e inerente ao ser humano. Por isso, achamos que o homem sempre trabalhou e que em todas as sociedades se trabalha. Esquecemos que o modo de intervenção do homem sobre a natureza é uma questão cultural e portanto histórica. As configurações de valores que constituem a ordem simbólica de uma determinada sociedade podem atribuir ao trabalho diferentes lugares. Na Grécia Antiga, trabalhar era um opróbrio; na Idade Média, trabalhar era uma função qualquer como comer ou dormir; no *ethos* camponês ocupar-se com uma tarefa faz parte do dever de ser um bom camponês, contribuindo para a manutenção do equilíbrio produtivo do grupo, não havendo separação entre aquilo com que se ocupa e o papel que se desempenha no seio do grupo (Bourdieu, 1979).

Para que o trabalho se tornasse a medida do valor nas sociedades modernas, ou seja, para que se pudesse trocar tempo por dinheiro, foi necessária uma mudança na configuração de valores, uma transformação cultural lenta e gradual ao longo dos séculos. Foi preciso laicizar o trabalho, destituí-lo do caráter de sagrado, tirar-lhe a transcendência e atribuir-lhe um caráter de bem terreno que pode ser acumulado (Weber, 1992). Portanto, foi preciso dotá-lo de um espírito de calculabilidade que prevê/provê um futuro antecipado, orientado por uma visão de mundo caracterizada por um tempo linear em oposição ao tempo mítico circular em que passado e futuro estão inscritos no presente (cf. Duarte, 1983). Mas, não bastou dessacralizar o trabalho, foi preciso fazê-lo produzir de acordo com uma nova ordem: a da utilidade e da produtividade. O trabalho não vale mais pelo papel que desempenha no equilíbrio de um determinado grupo, mas pelo *a mais* que produz. Para isso, a partir dos séculos XVII e XVIII adestraram-se os corpos e as almas: “As Luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” (Foucault, 1991, p. 195). O poder disciplinar estipulou formas de apreensão e de tratamento dos sujeitos que resultam em efeitos individualizantes. Produz-se indivíduos trabalhadores que se dizem livres e iguais.

Entretanto, em uma sociedade que se diz igualitária, o trabalho produz diferenças entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre patrões e empregados, entre trabalhadores e profissionais, entre profissionais e intelectuais. Falar de trabalho e de trabalhadores acaba sendo uma generalização necessária, mas que encontra um campo onde entre um trabalhador manual e um intelectual existem muitos hiatos.¹

No presente estudo, o hiato escolhido foi o caso dos pilotos de trem do Metrô carioca.

Identificação e Trabalho

“Afeto, sentido, cultura estão sempre presentes e são responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite que a criança toma”.

(Piera Aulagnier, *A Violência da Interpretação*)

O trabalho não entra na vida das pessoas. Esta lá desde sempre: um ideal, um gosto a ser construído, ser trabalhador, ser profissional. Assim, podemos pensar o trabalho também como um bem simbólico. Cabe-nos, então, perguntar: em que momento e como os sujeitos estão (são) ou não marcados para trabalhar?

Para responder a esta pergunta há que se levar em conta tanto as teorias da cultura quanto as teorias da organização psíquica, uma vez que o objetivo final é poder respaldar um desenvolvimento teórico que comporte pensar o trabalho como fonte de sofrimento psíquico. Somente assim podemos estar levando em conta a especificidade do psíquico ao mesmo tempo em que levamos em conta que o sofrimento, como qualquer outro fenômeno de sentido, é uma produção cultural e, portanto, social.

Há um paralelismo entre teorias distintas considerado relevante para pensar a questão da identificação e da profissão: a noção de “projeto”. Esta noção é usada por Gilberto Velho (1987a) para dar conta da margem relativa de escolha que indivíduos e grupos têm em um determinado momento histórico; e por Piera Aulagnier (1985), psicanalista, para pensar o processo identificatório.

Velho (1987a, pp. 14-37; 1987b, pp. 39-54) usa a noção de projeto como definida por Schutz – conduta organizada para atingir fins específicos – e chama a atenção para a importância da dimensão consciente da ação em

¹ Duarte (1988, pp. 126-41). faz uma ampla revisão sobre a categoria *classes trabalhadoras*.

que o sujeito se organiza para a realização de objetivos conscientes: quando há ação com algum *objetivo* predeterminado ter-se-á o *projeto*; quando o indivíduo é o sujeito do projeto ter-se-á o *projeto individual*, levando em conta que as condutas são socioculturalmente determinadas. Aulagnier (1985) fala de um processo inconsciente quando chama de *projeto identificatório* aos ideais de Eu. O paralelismo se encontra na noção de projeto em si que remete à noção de temporalidade linear e antecipatória: planejar, calcular, prever/prover um futuro. Ou seja, as teorias a que se referem os autores são diferentes e não se confundem. Mas podemos concluir que ambos tentam dar conta na teoria de realidades produzidas pela cultura.

Esse paralelismo permite pensar o trabalho e/ou a profissão tanto como bens simbólicos que podem ser objetos de investimentos libidinais por antecipação, como podem também ser pensados como elementos organizadores culturalmente determinados e socialmente produzidos, obedecendo à noção de tempo hegemônica na nossa sociedade: a temporalidade linear e tripartida em passado, presente e futuro.

Esta questão não se esgota aqui. Teríamos de definir de que grupos e de que sujeitos estamos falando. Velho estuda as camadas médias urbanas e seus projetos de ascensão social. Aulagnier fala do sujeito do inconsciente. No presente estudo, o ideal de profissão surgiu como questão formulada pelos próprios pilotos de trem do Metrô carioca: ser piloto de metrô é função ou profissão?

Identificação e Profissão

O ideal de profissão aparece como questão porque trabalho e profissão não se confundem. É aqui que a noção de projeto é fundamental. Profissão exige qualificação, um projeto, um planejamento, um cálculo, uma construção do tornar-se profissional. As profissões no mundo moderno são produto de um processo que implica nível de escolaridade alto e qualificação diferenciada (Bourdieu, 1979). A profissão é marcada pela temporalidade da espera, do adiamento da satisfação imediata das necessidades de subsistência, pela busca de um ideal que aparece como não dado pela ascendência familiar e que implica mobilidade social e, portanto, se funda na idéia de liberdade, de volição e de “auto-realização” do sujeito. Entretanto, em sociedades complexas como a nossa há a convivência/conflito de configurações de valores radicalmente distintas, especialmente nas camadas médias da população.

Seguindo esta perspectiva, como compreender o trabalho quando a má-

xima que impera é a da “livre escolha” e a contingência é a sobrevivência? Por onde passam os traços identificatórios que, se fazem dos sujeitos trabalhadores, podem ou não garantir o ideal de profissão? Partindo destas questões, como entender o gosto e o desgosto no trabalho?

Para tanto, o traço identificatório ser trabalhador (cf. Costa, 1989) se não é dispensável, pois a profissão se inscreve no trabalho, também não parece ser suficiente. Ser profissional é como ser trabalhador, uma construção cultural, porém com um estatuto diferente.

O que estamos querendo mostrar é que para os trabalhadores, ser trabalhador e ser profissional são ideais que podem ou não conviver. Entretanto, essa convivência/conflito não é simples. Existe o sonho de ser médico, professor, engenheiro, policial, aviador. Ser trabalhador aparece como natural, porém na esfera da profissão o que é considerado natural é a “vocação”, ou a aptidão, que são vistas como dons inatos passíveis de serem moldados, mas sempre implicando um esforço, no sentido simmeliano de *culture*.²

Um piloto de metrô traduz a convivência/conflito entre ser trabalhador e ser profissional:

“Nunca tava satisfeito. Mas tinha vontade de estudar. Na época falava em ser engenheiro. Mas hoje tenho vontade de voltar a estudar, mas fazer Direito... essas questões de redação de colégio, fazer redação sobre sua futura profissão. Só que eu não tinha uma visão muito clara, acho que eu achava bonito. Agora tô naquela fase que quase que o que eu queria pra... eu queria pro meu filho, sabe?” [...]

“Financeiramente tá razoável, tá dando pra satisfazer... não vou dizer que vivo com super-conforto, mas dentro da realidade brasileira até que tá razoável e na questão da realização pessoal eu te falei eu acho que não é uma profissão que... ninguém sonha em ser piloto de metrô... eu não acredito... só meu filho... então eu acho que quando a pessoa não sonha é difícil se realizar. Mas a pessoa pode se realizar fora da função” (Aníbal, piloto de trem).

² Simmel propõe a distinção entre *cultivation* e *culture*, pois para este autor somente a alma humana possui as potencialidades de desenvolvimento cujos objetivos estão teleologicamente inscritos na sua própria natureza. Trata-se do indivíduo da *uniqueness*, imbuído da transcendência que não lhe é externa e sim interna – dono da sua vontade é capaz de usá-la para transcender os limites da natureza: “It does not attain these goals by mere inherent growth processes, wick we call natural, but through the application, at a certain point of technique, of a deliberate intervention” (Simmel, 1971, p. 229).

A busca de uma profissão implica um esforço deliberado: estudar, qualificar-se. Esta disposição fica patente nos relatos dos pilotos de trem que mostram como transformam a função em profissão. Os pilotos se reconhecem como profissionais ao reconhecerem a qualificação pela qual passaram, conforme ilustram os seguintes trechos das histórias de vida:

“Eu já gostei menos, eu gosto mais de pilotar agora do que no começo [...]. Achava muito enjoado e tal... me cansava dar três, quatro voltas. Depois da segunda já ficava enjoado, sabe? Aquela vontade de ir embora; agora não. Eu acho que isso tá muito relacionado ao barulho porque depois que eu comecei a usar com mais constância os abafadores diminuiu esse cansaço. Tô bem menos cansado. Porque eu acho que me tornei mais profissional, aí eu passei a gostar mais [...]. Esse caso que aconteceu comigo ajudou a ser mais profissional porque depois eu fiquei imaginando se eu não tivesse prestado atenção, tivesse lendo um jornal na cabine na hora em que aconteceu o lance, eu não teria culpa, mas de repente alguém poderia ter visto, eu ser visado aqui – não, o cara costuma ler jornal na cabine, vai ver que nem viu o cara cair –, mas ninguém podia falar isso. Foi dali que eu vi como era importante a pessoa andar direito, me ajudou a ser mais profissional. Eu trabalhando me considero um bom profissional” (Aníbal, piloto de trem).

“É a minha profissão né, é a profissão que eu conquisei... que eu escolhi, escolhi em termos, fiz concurso e tal... bom... sei lá... Eu gosto do que eu faço... eu gosto, não me sinto insatisfeito; pô, claro que se pintar outra coisa, a gente sempre procura melhorar, mas eu gosto do que eu faço... eu gosto. [...] É, a minha profissão atualmente é piloto mesmo. Eu gosto, acabei gostando, acabei acostumando, eu acabei gostando, eu acostumei também. O pessoal, o pessoal que a gente trabalha, também tem muita gente que é legal, a convivência nossa é boa, entre a gente, a gente não tem problema de relacionamento. [...] Sabia que tinha que começar por alguma coisa [...] teria que procurar um emprego seguro. [...]

Ah! eu vim pra cá trabalhar e, pô, eu acho que a gente acaba se *moldando* no trabalho; conheci, a gente fez o curso, eu comecei a gostar, era um negócio interessante, eu aprendi um monte de coisas diferentes e tal, o conhecimento deste trenzinho ali, de vias. Ah, um negócio que mudou a minha vida, eu fazia um serviço, fui fazer outra coisa, fui conhecer coisas diferentes, aí eu acabei gostando... [...]

(Pedro, piloto de trem).

“O curso de piloto..., eu costumo dizer..., eu acho quando o piloto vem pra linha vem pro paraíso. No curso eles criam uma sabe... um pavor da pessoa ficar reprovada porque... vai reprovar... não sei o quê... e tem que fazer prova, a prova reprova e tal, só sei que a gente fica apavorado. Junta a necessidade de permanência na companhia, a necessidade do emprego, né, com a obrigação de ter que passar nas provas... [...] O curso é a base de tudo aqui, aprende muita coisa no curso, aprende tudo. Eu quando vim para aqui, pro Metrô, não sabia nada, não conhecia nem o Metrô direito, eu aprendi tudo aqui, tudo, mas tudo mesmo” (Anibal, piloto de trem).

Remetendo-se a Hegel, Lacan (1948, p. 110) caracteriza o conflito do Senhor e do Escravo como a lei do herói moderno. O sujeito só pode sê-lo diante de um *outro*, tomado aí como um outro absoluto. Portanto, a satisfação do desejo só é possível quando mediada pelo desejo e pelo trabalho do outro. Enquanto o conflito do Senhor e do Escravo trata do reconhecimento do homem pelo homem, é sobre uma negação radical dos valores que este reconhecimento é promovido: a tirania estéril do Senhor ou a tirania fecunda do trabalho. É sobre a negação da diferença que se produzem todas as infundáveis e tirânicas diferenças em nosso mundo moderno.

Assim, podemos pensar os trabalhadores como sujeitos psicológicos no sentido da “possessão subjetiva”, mesmo quando é delegado a um outro (o filho, por exemplo) o ideal/projeto da profissão sonhada, e vir a pensá-los como “sujeitos despossuídos de si”, como define Salem,³ quando tomamos a questão que os próprios pilotos se colocaram durante as entrevistas em grupo e confirmada nas histórias de vida: ser piloto de trem é função ou profissão?

³ Salem aponta que, na visão de mundo moderna, a relação com o outro fundamenta-se em uma lógica interna ao próprio indivíduo. É uma falta constitutiva ao sujeito que conduz ao outro. Assim, por contraposição ao individualismo possessivo do qual o “indivíduo jurídico” e o “indivíduo psicológico” representam duas vertentes fundantes do sujeito moderno, a “desposseção subjetiva” é outra atualização do valor indivíduo. A “desposseção subjetiva” convive com o individualismo jurídico e/ou com o “individualismo psicológico” ao mesmo tempo em que os divorcia, sendo esta mais uma das interpretações atualizáveis da ideologia individualista. Paralelamente ao sujeito psicológico, indivíduo dono de si, dono de sua vontade, quer seja no plano subjetivo ou interno, nos termos de Simmel, e consciente de suas intenções, surge também a noção de desposseção de si: a representação da incapacidade do sujeito de dominar suas decisões e direcionar sua vontade. Para a autora, a mediação do sujeito através de um outro é inerente tanto à psicanálise quanto à psicologia do ego, ao lacanismo quanto ao reichianismo, ou seja, ora como um destino insuperável do indivíduo ora como o indivíduo destituído de algo que lhe foi confiscado pela sociedade. Ver Salem (1992).

Somente em um mundo no qual significante e significado, fato e valor, consciente e inconsciente estão separados é que se pode pensar e sofrer a separação entre trabalho e profissão. É ainda tão-somente nesse mundo que se pode almejar reencontrar o sentido do trabalho no ideal de profissão. Mas, é também nesse mundo interpretante e interpretável que o sujeito psicológico destituído de si está na dependência de um outro para aceder a si próprio. Não podemos aqui deixar de citar a observação de alguns pilotos quando inquiridos sobre os problemas mentais relacionados ao trabalho: “isto você é que deve saber”; “você é que poderia nos dizer”.

É quando o trabalho perde a transcendência implícita, por exemplo, no *ethos* do camponês ou mesmo do trabalhador manual, e é atravessado por uma configuração de valores na qual a transcendência é internalizada no indivíduo e o significado ocultado no outro, que o trabalho pode perder o sentido, pode não ser lugar de identificação e dar lugar ao conflito psíquico.

Projeto Identificatório

Vamos nos deter agora na função subjetiva da identificação, procurando dar conta de como o Eu pode estar identificado com o trabalho, com a profissão e quando e como essas identificações podem ser lugar de conflito e, portanto, lugar de sofrimento, de dor ou de luto.

A primeira tarefa do funcionamento psíquico é a de representar na cena psíquica o existente. Para Aulagnier (1979), o processo originário alcança este objetivo só conhecendo e só usando a imagem de coisa, e por isso suas produções são dotadas do caráter de certeza. O que caracteriza o Eu é representar e se representar o existente sob a forma de uma construção de idéias, acrescentando à imagem de coisa a imagem de palavra, investindo esta última: “[...] é através do nome que a nomeia que a coisa passa a existir para o Eu e para esta parte do espaço psíquico que se encontra sob sua jurisdição” (*idem*, 1985, p. 19). Contudo, a produção de sentido é comum a todas as instâncias psíquicas, sendo, portanto, sempre e em qualquer instância processo de sujeição à cultura.

Cada vez que um sistema psíquico pode realizar a sua finalidade (dar sentido) encontra prazer. Ou seja, todo o sentido implica uma vivência de prazer, pois trata-se de um investimento, condição mínima necessária à vida. Por isso o prazer é onipotente na economia psíquica. Entretanto, o Eu não pode recusar a contradição presente em um enunciado que pretende que o prazer possa resultar de uma experiência de desprazer vivido

como angústia, cindindo o desejo em suas duas polaridades: pulsão de vida e pulsão de morte.

Psique e mundo nascem um com o outro e estão fadados a se encontrar no prazer e no desprazer de cada encontro. A vida, entretanto, é anterior à psique e ao mundo.

No nosso sistema cultural, a mãe possui o privilégio de ser para a criança o enunciador e o mediador privilegiado do “discurso ambiente”. Citando Aulagnier:

“O dizer e o fazer maternos antecipam sempre o conhecimento que pode ter o *infans*. [...] A palavra materna descarrega um fluxo portador e criador de sentido, que antecipa largamente a capacidade do *infans* de reconhecer e assumir a significação. A mãe aparece como um ‘Eu falando’ ou ‘Eu falo’, que faz do *infans* o destinatário de um discurso, quando ele é ainda incapaz de apreender sua significação [...]. A ordem que rege os enunciados da voz materna nada tem de aleatória, e revela a sujeição do eu que fala a três condições: o sistema de parentesco, a estrutura lingüística e os efeitos que exercem sobre o discurso, os afetos operando sobre outra cena. Trinômio que é a causa da primeira violência radical e necessária, que a psique do *infans* suportará, quando do seu encontro com a voz materna. [...] O fenômeno de violência, tal qual entendemos, refere-se essencialmente à diferença que separa o espaço psíquico da mãe, onde já houve a ação da repressão e a organização psíquica do *infans*. A ação da repressão e o estabelecimento da instância *Eu*, em princípio, já se realizaram no que concerne à mãe; o discurso que ela dirige ao *infans* traz esta dupla marca, responsável pela violência que ela vai operar” (Aulagnier, 1979, pp. 35-6).

A violência primária assegura seus objetivos: converter a realização do desejo de quem a exerce no objeto demandado por aquele que a sofre. Ao considerarmos a violência primária constituidora do sujeito e sabendo-a veiculada pela “mãe” marcada pela interdição da cultura que lhe é própria, fazemos uma ponte entre a teoria da organização psíquica e o trabalho enquanto bem simbólico que pode ser visto também como mediador entre ordem individual e ordem coletiva na nossa sociedade.

Para que o indivíduo possa se constituir é necessário que haja um modelo ideal, através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideais coletivos. Esse modelo é o Ideal do Eu. Segundo Freud: “O ideal do ego

desvenda um importante panorama para a compreensão da psicologia de grupo. Além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação” (Freud, 1981a, vol. XIV, p. 119).

O Ideal do Eu não se confunde com o Eu Ideal. O Eu Ideal é a instância regida pelo signo da onipotência e marcada pelo registro do imaginário, caracterizada pela idealização maciça, pelas fantasias/fantasmas. O Ideal do Eu é do domínio do simbólico, lugar de articulação e vínculo. O Ideal do Eu é, portanto, a instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à Lei e à Ordem. É o lugar do discurso.

A cultura atravessa toda e qualquer instância do psíquico. Mas, é a noção de Ideal do Eu que nos permite prosseguir na tarefa de estabelecer o vínculo entre processo identificatório e ser trabalhador ou ser profissional.

Realizar o Ideal do Eu é uma exigência imposta ao Eu. E a medida de tranquilidade e harmonia interna do indivíduo é dada pelo nível de aproximação entre o Eu atual e o Ideal do Eu. O Eu triunfa quando consegue coincidir com o Ideal do Eu e se sente culpado ou inferiorizado quando há tensão entre o Eu e o Ideal do Eu.

É assim que se pode compreender que não se nasce trabalhador, mas sim, torna-se trabalhador, podendo-se ou não tornar-se profissional em uma sociedade ou em uma classe social na qual o Ideal do Eu internalizado está marcado por ser trabalhador e/ou ser profissional. Por isso o desemprego, além de implicar precariedade da sobrevivência material, faz a alma sofrer. É por isto também que a tensão entre ser trabalhador e ser profissional pode ser lugar de sofrimento.

O discurso e a significação são a entrada na cena psíquica de um “mundo-falado” e de uma “representação falada-pensada do mundo”. Por onde pode entrar a dúvida? Pela mesma porta, diria Aulagnier. É o mesmo discurso que traz a “representação falada-pensada do mundo” e, portanto, a certeza no domínio do pensamento de que o Eu e o mundo são verdades, e que traz também a dúvida. Quando a criança aprende que a linguagem pode traduzir tanto o verdadeiro quanto o falso (tanto a presença quanto a falta, tanto o presente quanto o futuro que é incerto) é preciso que estejam preservados no espaço do que é identificado certos pontos de certeza. É a relação do identifiante com estes pontos de certeza presentes no identificado que torna possível e garante a identificação simbólica. Marcada pela certeza até da incerteza, o identifiante garante seu direito de se reconhecer identificado e identificável aos conceitos de uma série de funções com valor

universal e independentes da “coisa” real que as encarnou num primeiro tempo. A criança, marcada deste modo pela identificação, pode tornar-se independente da função materna, paterna, da posição de filho que são seus representantes reais para investir e alcançar a realização de um prazer além. Aí podemos pensar, inclusive, o prazer no vir a ser trabalhador, profissional. Num devir interminável, o Eu se torna e continua a se deslocar diante de um previsto no qual ele deve continuar a investir por antecipação:

“Neste registro, a passagem de uma palavra à outra e o jogo de uma significação atual em relação àquela que a precedeu e àquela que a sucederá não está jamais concluído. É preciso sublinhar o paralelismo presente entre a incerteza que impõe ao Eu o campo do discurso e o não-fechamento do campo semântico, e a incerteza, a alteração que impõe ao Eu seu ser enquanto *devir* (alteração da imagem, alteração dos afetos, alteração dos desejos, imprevisibilidade das respostas)” (Aulagnier, 1985, p. 19, ênfase original).

A categoria da temporalidade irrompe na psique com o Eu e “seus ideais” e através dela o conceito de diferença sustentado na possibilidade de *diferença de si mesmo para si mesmo*. Nada garante ao Eu sua persistência no tempo após o momento presente, e ele só pode persistir *tornando-se* outro, *alterando-se*, aceitando descobrir-se diferente do que era e do que é num momento atual sempre efêmero, sempre em movimento. Pode tornar-se trabalhador, tornar-se profissional.

Como já dissemos, o exposto refere-se à forma como a teoria dá conta da realidade construída pela cultura: a noção de temporalidade linear. E este é um momento particularmente feliz pelo paralelo que se consegue estabelecer entre a temporalidade do Eu e a temporalidade do cálculo de que nos fala também Bourdieu em *O Desencantamento do Mundo*. Ou ainda, somente numa cultura em que o fato e valor, o ser e o dever ser podem estar separados, como apontou Dumont (1993, pp. 237-81), é que se pode pensar o *tornar-se*, o transformar-se, o vir a ser.⁴

Prossigamos, contudo, na tarefa de tratar da problemática da identificação, passando à economia dos investimentos que sustentam este processo.

Durante uma primeira fase da existência do Eu, a criança continua a

⁴ Outros autores também usaram a metáfora *tornar-se* para dar conta de seus objetos de estudo: Santos (1981) e Russo (1991, pp. 115-25). No último caso trata-se exatamente do modo como se constituiu e se autodefiniu um grupo profissional: os terapeutas corporais.

deixar ao porta-voz a tarefa de formular as aspirações identificatórias referentes ao seu futuro. É a “mãe” que lhe “conta” de que forma ela sonha o seu (da criança) futuro: “um ‘Quando você crescer...’ precede um ‘Quando eu crescer...’” (Aulagnier, 1985, p. 21). Agora, o Eu só pode ser quando se apropria e investe em pensamentos com função identificatória dos quais se reconhece como sendo o enunciante.

Para a preservação do Eu é necessário que o outro promova uma *segunda antecipação* necessária para sustentar os desejos que vêm tornar sensata a necessidade de mudar, de tornar-se outro, de ter outros desejos:

“Para que o Eu se preserve é necessário que o identificador assegure o investimento de dois suportes: *o identificado atual e a transformação (dever) deste identificado*. É através deste ‘dever’ que o Eu se auto-antecipa, o que pressupõe sua possibilidade de investir na sua própria mudança, sua própria alteração e, sobretudo, na modificação, na transformação dos objetos que sustentarão seu desejo” (*idem*, p. 22).

Entendemos melhor agora o paralelismo apontado entre a nomeação dos “ideais do Eu” como “projeto identificatório” e a preocupação de Gilberto Velho, ao estudar as camadas médias urbanas nas sociedades complexas, com a noção de “projeto” e especificamente de “projeto individual”. Este está, antes de mais nada, associado a uma visão de mundo em que a noção de biografia é central, mas também a um *ethos*, um estilo de vida, uma organização das emoções em que a experiência do agente empírico sacralizada como individual é foco e referência básica.

Para tanto é preciso que a cultura garanta também os instrumentos que permitam o *projeto*, e sobre isto os desenvolvimentos da teoria psicanalítica empreendidos por Aulagnier são esclarecedores.

Mas, onde fica o sofrimento psíquico?

Para que o Eu possa ser lugar de prazer é preciso que o que retorna ao Eu como identificado corresponda à aspiração identificatória. Quando o identificado não corresponde à aspiração identificatória surge o conflito. O conflito é aí produto da coexistência de aspirações identificatórias contraditórias, a contradição entre o Eu atual e o que ele deseja se tornar. Entretanto, quando a unidade entre identificador e identificado é mantida, estamos no terreno da neurose. Quando o Eu identificado não é passível de investimento pelo identificador na ausência da imagem de um Eu futuro enquanto suporte

da aspiração identificatória, o conflito resultante entre identificado e identificante caracteriza a psicose (*idem*).

A idéia de conflito psíquico gira em torno do conceito de sintoma como o produto de um compromisso entre forças pulsionais contrárias, atuais e imperiosas que conduzem ao sofrimento por impedirem a satisfação (Laplanche e Pontalis, 1991, p. 89). Assim, o conflito é uma formação de compromisso, estando presente em todos os sintomas psiconeuróticos.

A angústia é, antes de mais nada, algo que se sente. Como um sentimento, a angústia tem um caráter de desprazer. Mas nem todo desprazer pode ser chamado de angústia, pois há outros sentimentos como a dor ou o luto. A angústia se faz acompanhar de sensações físicas que podem ser referidas a órgãos específicos do corpo e inclui ainda a percepção dessas sensações.

O Eu é o lugar da angústia. Mas, as fontes da angústia mudam e podem coexistir lado a lado: o desamparo psíquico, o risco de vida, a ameaça da castração, o perigo da punição, como representantes de forças pulsionais que se opõem no Eu (Freud, 1981b, vol. XX).

Porém, a angústia é ambígua. Se ela obriga o Eu a se defender, a estabelecer formações substitutivas, determinando o aparecimento de sintomas, dando conta da cisão que os conflitos lhe impõem – e, por isso Freud diz que toda a inibição que o Eu impõe a si próprio é um sintoma –, ela é também o sintoma por excelência quando o Eu não consegue lhe dar sentido.

Quando o trabalho enquanto Ideal do Eu é lugar de conflito, pode ser também lugar de sintomas e lugar de angústia quando não consegue dar-lhe (à angústia) sentido. Este, o sentido, é impossível conceber à margem do trabalho significante de uma cultura, fora de uma determinada sociedade e contexto.

Só é possível sofrer com o trabalho porque é possível se identificar com ele e ser por ele identificado. O processo identificatório é, portanto, necessariamente antecipatório e não posterior. O trabalhador é trabalhador, sofre e se regozija por ser trabalhador porque a história que conta de si/lhe é contada, inclui o trabalho como valor e ideal. Por isso, os conflitos não remetem a um passado mítico onde o trabalho não existe. O sentido do sofrimento no trabalho está no discurso dos trabalhadores, marcado pela cultura que lhes diz respeito, presente desde as primeiras gotas de leite: um “quando você crescer...” antecipa sempre um “quando eu crescer...”. Deste modo, sofrer implica trabalhar a dor.

Nascido e vivendo até hoje numa localidade distante do centro da cidade do Rio de Janeiro, Anibal, piloto de metrô, foi para o colégio às expensas da

mãe que se dedicou para que os filhos tivessem pelo menos o segundo grau completo:

“mas era uma vida normal, minha mãe sempre fez muita força pra gente estudar, todo o mundo tem pelo menos o segundo grau; diante da dificuldade na época tinha até muito.

[...] eu não via muito futuro naquilo não, eu aprendi mas não cheguei a ser tecelão... não me interessei muito. Eu não achava uma profissão de futuro [...] fiquei lá dois anos e aí depois fui pra outra fábrica de tecidos e fiquei mais quatro anos e aí trabalhei no almoxarifado. Aí vim cá pra baixo, vim trabalhar num estaleiro [...] aí comecei a fazer um curso de montador. Aí também não gostei, serviço muito pesado, muito... horrível, serviço de estaleiro, horrível. Eu trabalho aqui no Metrô, mas a minha tendência mesmo é trabalhar numa parte burocrática, sabe?”

Aos dezoito anos Aníbal parou de estudar para poder ajudar a família com o trabalho. Quando criança queria ser engenheiro; atualmente, se tivesse de escolher uma formação universitária, gostaria de ser advogado, mas

“Agora eu já tô naquela fase que quase que o que eu queria pra mim eu queria pro meu filho, sabe? [...] pra mim investir, pra mim estudar agora, o retorno vai demorar muito, e pode nem vir, como tem vários casos aí de pilotos formados pilotando trem junto com a gente. [...] Por ser uma profissão um pouco rara dá até um certo *status* no meio das pessoas. Ainda mais que as pessoas lá, a maioria acaba vivendo a maior parte da vida lá trabalhando naquela fábrica de tecido, as pessoas são mal remuneradas e tal, então, o sonho deles da maioria das pessoas é vir aqui pra cidade conseguir um emprego melhor em função das condições. A maioria nasce de família pobre com uma certa dificuldade, então, quando consegue um emprego público eles já consideram muita coisa. [...]

Eu gosto dessa questão de ser uma profissão rara. [...] Porque ao mesmo tempo que isso aqui é um serviço arriscado como eu te falei, eu considero isto aqui um serviço muito seguro pra quem trabalha direito, porque há uma carência de pilotos aqui, porque há toda uma dificuldade pra formar turmas, sabe. Então, é uma função que tem uma estabilidade, tem força de mobilização, tudo isso. Por isso eu não trocaria. Eu não trocaria ser piloto de metrô por nenhuma outra função na área administrativa no mesmo nível. Eu não trocaria até se caso

fosse pra me realizar mais. Eu não trocaria porque não tem a estabilidade que tem aqui como piloto [...]. A forma de realização é de trabalhar correto, de ser um bom profissional....” (Aníbal, piloto de trem).

Pedro, mais novo que Aníbal, não se atém ao seu passado remoto. A história de vida que conta é a história de seus estudos e de seus trabalhos:

“Então, eu estudei, fiz o primeiro grau, segundo grau, aí quando eu terminei o segundo grau eu consegui um emprego num banco, foi até um tio meu que arrumou isso aí. Aí eu fui lá fazer prova mas, pô, eu nunca tinha trabalhado, fui logo ser caixa, levei aquele susto, não tava preparado. Eu achei que ia pegar um cargo com menos responsabilidade, achava, pô, caixa, aquele negócio de trabalhar com dinheiro, mas aí eu aceitei o desafio. [...] Na mesma época que eu comecei a trabalhar eu tinha passado na faculdade. [...] Aí eu fui, meu pai falou que ia me ajudar dando uma força na grana e tal... me ajudava a pagar a faculdade. Eu falei, pô, é longe... Pô, não tem problema não... aí eu resolvi fazer porque eu tava a fim de fazer, eu gostava, eu tinha passado pra carreira que eu gostava... aí eu resolvi ir. [...] Eu já trabalhava, fazia a faculdade lá em cima... aí foi indo. Mas, pô, era o maior sacrifício. O primeiro período lá na faculdade eu levei bomba num bando de matéria [...] não estudava muito, também trabalhava e tinha que ir pra lá, minha vida tava meio descontrolada e tal, não tinha muito tempo pra estudar, tinha que estudar dentro do ônibus, entendeu? Aquela coisa era longe, ficava cansadão, tinha que acordar cedo pra ir trabalhar... [...] Aí, pô, acabou pintando esse concurso aí pro Metrô aí eu fiz. O salário era maior e eu também já tava meio saturado do trabalho no banco, não tava mais gostando e tal aí fiz o concurso e aí passei, vim pra cá. [...] Mas aí quando eu passei para o Metrô eu relaxei um pouco com a faculdade. Falei: vou fazendo... termino quando terminar, mas já não fui dando tanta prioridade... [...] se tem algum culpado por eu não ter conseguido outro emprego sou eu mesmo, tenho consciência disso. [...] Aí eu tô aqui mas, pô, tô sempre querendo melhorar e agora tô fazendo esse edital pra supervisor... se eu passar já melhora alguma coisa, não tem que ficar pilotando que eu já tô cinco anos direto... [...].”

Ao longo de sua vida morou em vários bairros do subúrbio carioca e antes de se casar morava “pertinho” do Metrô. Agora, mora mais longe,

mas terminou a faculdade, o que o deixou mais livre para escolher o horário da tarde para trabalhar.

Sua família de origem é pequena, os pais aposentados e uma irmã casada. Casado há dois anos, a esposa trabalha fora e planejam ter um filho depois que a casa estiver mais ajeitada.

Não tem tantas dúvidas quanto Aníbal em relação ao caráter de profissão do trabalho de piloto de metrô, apesar de também ter muito claro que sua opção pelo Metrô passa pela segurança no emprego, por não se arriscar “lá fora” onde o mercado de trabalho pode não garantir nem o emprego.

Conclusão

O estudo sobre os pilotos do Metrô carioca mostrou que não existe uma relação direta entre o trabalho de piloto de metrô e sofrimento psíquico, mas que existe, sim, uma relação entre essas categorias (categoria de trabalhadores e categoria semântica) que é necessariamente dinâmica, isto é, provém de todos os lados, produzindo uma multiplicidade de sentidos no duplo sentido da palavra (o sentido da semiologia e o sentido dos sentimentos). Como ouvimos pela voz dos pilotos do Metrô carioca “ninguém nasce querendo ser piloto de metrô”. Isto não quer dizer que alguém nasce médico ou advogado. Mas aí temos um conflito. A cultura produz a noção de vocação como algo imanente ao sujeito e universaliza não só seu sentido como também as vocações eleitas. Mantendo a coerência com o modelo produzem-se vocações: o meu filho pode “querer” ser piloto de metrô. Um filho de camponês pode “querer” ser engenheiro. Este processo, entretanto, não é indolor. Mas, os conflitos também buscam soluções (esse é um dos seus destinos). Por exemplo, é tornando-se profissional que os pilotos dão conta do conflito entre “querer” ser engenheiro e ser trabalhador, construindo a cada dia o projeto antecipado de “realização” pessoal, de ascensão e prestígio social, sendo pilotos de metrô, no Rio de Janeiro.

“Projeto individual” de ascensão social e “ideais de Eu” que constituem um projeto identificatório são categorias teóricas que tentam dar conta de realidades socioculturalmente determinadas. São também objetos de nossos estudos na intenção de constituir uma escuta, uma clínica sensível às idiossincrasias dos sujeitos trabalhadores que ora sofrem, ora se regozijam, sujeitos que são identificados/identificantes com o seu trabalho.

Referências Bibliográficas:

- AULAGNIER, P. (1985), *Os Destinos do Prazer*. Rio de Janeiro, Imago.
- . (1979), *A Violência da Interpretação*. Rio de Janeiro, Imago.
- BOURDIEU, P. (1979), *O Desencantamento do Mundo*. São Paulo, Perspectiva.
- COSTA, Jurandir F. (1989), *Psicanálise e Contexto Cultural*. Rio de Janeiro, Campus.
- DUARTE, L.F. (1983), “Três Ensaios sobre Pessoa e Modernidade”. *Boletim do Museu Nacional*, nº 41, agosto.
- . (1988), *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DUMONT, L. (1993), “O Valor nos Modernos e nos Outros”, in *O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- FOUCAULT, M. (1991), *Vigiar e Punir* (9ª ed.). Petrópolis, Vozes.
- FREUD, S. (1981a), *Sobre o Narcisismo: Uma Introdução*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago.
- . (1981b), *Inibições, Sintomas e Ansiedade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XX. Rio de Janeiro, Imago.
- JARDIM, S. R. (1994), *Processo de Trabalho e Sofrimento Psíquico: O Caso dos Pilotos do Metrô Carioca*. Tese de Doutorado, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- LACAN, J. (1948), *La Agressividad en Psicoanálisis*. Informe teórico apresentado no Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa, Bruxelas, maio.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. (1991), *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes.
- RUSSO, J. (1991), “Tornar-se Terapeuta Corporal: A Trajetória Social como Processo de ‘Autoconstrução’”. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, vol. 1, nº 2.
- SALEM, T. (1992), “A ‘Desposseção Subjetiva’: Dos Paradoxos do Individualismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 7, nº 18, fevereiro.
- SANTOS, N. (1981), *Tornar-se Negro*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psiquiatria, UFRJ.
- SIMMEL, G. (1971), *On Individualism and Social Forms*. Chicago, Chicago University Press.
- VELHO, G. (1987a), “Projeto, Emoção e Orientação”, in G. Velho (ed.), *Individualismo e Cultura* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- . (1987b), “Prestígio e Ascensão Social. Dos Limites do Individualismo na Sociedade Brasileira”, in G. Velho (ed.), *Individualismo e Cultura* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- WEBER, M. (1992), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (7ª ed.). São Paulo, Livraria Pioneira Editora.